



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Modalidade: Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia - Licenciatura

LÚDICO COMO POTÊNCIA PARA A ALFABETIZAÇÃO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

LEAL GARCIA, Louise¹
LIMA, Samantha Dias de²

Resumo: O presente artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso desenvolvido como requisito obrigatório para a conclusão da Licenciatura em Pedagogia de uma Instituição Federal no Sul do Brasil. A investigação é situada no campo da alfabetização no primeiro ano do Ensino Fundamental, tendo como autores de referência Magda Soares (2001, 2002, 2020), Emília Ferreiro (2004) e Leda Tfouni (1995,1998). O objetivo geral da investigação é reconhecer a importância do brincar e das atividades lúdicas através do processo de aprendizagem no primeiro ano do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e teve como método a pesquisa bibliográfica. Como resultados podemos apontar que a ludicidade consiste em atividades que possibilitam experiências diversas, envolvendo os indivíduos por completo na vivência da criatividade, explorando seu próprio mundo, respeitando, construindo e reconstruindo os conhecimentos necessários ao processo de aprendizagem. Além de que os jogos são um excelente recurso metodológico no processo de alfabetização nos anos iniciais.

Palavras- chave: Alfabetização. Letramento. Anos Iniciais. Lúdico.

¹ Acadêmico de Pedagogia - Licenciatura; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, e-mail: lougarciawesz@gmail.com

² Professora orientadora – Área de Pedagogia - Licenciatura; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, e-mail: samantha.lima@farroupilha.ifrs



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Para muitos professores de Educação Infantil e Anos Iniciais, a alfabetização não é fácil, pois é nessa fase em que os estudantes são expostos as experiências no nível escolar que ainda não vivenciaram, que ainda não conheciam e muitas vezes podem assustá-los. Para manter a atenção das crianças durante a fase da alfabetização, muitos educadores utilizam estratégias lúdicas, prendendo a atenção da criança e o incentivando a aprender através da brincadeira. Portanto, considerando a importância da utilização dos jogos como ferramenta de alfabetização, escolhi este tema para discutir neste trabalho de conclusão de curso (TCC).

Esse estudo é de natureza qualitativa pois reúne um conjunto de informações a fim de compreender e aprofundar sobre as potencialidades do lúdico no primeiro ano do Ensino Fundamental, buscando também as iniciativas governamentais para a promoção da alfabetização.

A pesquisa possui uma metodologia de natureza descritiva, buscando compreender através de materiais como por exemplo livros, artigos, como fazer uma alfabetização lúdica, se fazendo presente uma pesquisa explicativa, sendo possível analisar o porquê da importância do lúdico. Como procedimento metodológico realizamos uma pesquisa bibliográfica, tendo referências autores como Magda Soares (2001, 2002, 2020), Emília Ferreiro (2004) e Leda Tfouni (1995, 1998).

O presente artigo está dividido em cinco seções sendo Notas introdutórias a primeira, na sequência trago: Letrar, alfabetizar e alfalettrar; Letramento, alfabetização, alfabetizar letrando; Iniciativas públicas para promoção da alfabetização; O lúdico na alfabetização e por último as Considerações finais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

2. LETRAR, ALFABETIZAR E ALFALETRAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, vê a aquisição da leitura como uma forma de expandir o conhecimento, estando presente na Língua Portuguesa, na qual a partir dela os indivíduos irão se comunicar com a sociedade, fortalecendo assim suas condições de comunicação. Neste sentido, espera-se que o aluno no segundo ano do Ensino Fundamental já esteja inteirado com a leitura para que o educador possa partir para outros níveis de aprendizagem.

Para desenvolver e planejar uma alfabetização que promova um conhecimento é necessário desenvolver atividades mais significativas, em um ambiente mais acolhedor, agradável, para assim garantir uma aprendizagem benéfica e promover o desenvolvimento do aluno. O primeiro ano do Ensino Fundamental depende em grande parte de suas experiências vividas, desenvolvendo assim uma forma divertida de ensinar, para, deste modo, também reduzir a ansiedade e o medo das crianças, promovendo a sua transição para os novos níveis de ensino de forma mais segura e entusiasmada.

A Lei n. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, instituiu a obrigatoriedade do Ensino Fundamental de nove anos, com matrícula aos seis anos de idade, e estabeleceu um prazo de cinco anos para que todas as escolas e sistemas de ensino pudessem se adaptar à ampliação do Ensino Fundamental. De acordo com Rapoport (2009), a mudança para o Ensino Fundamental de nove anos, no qual as crianças ingressam aos seis anos de idade e não mais aos sete anos de idade no primeiro ano, fez com que a proposta pedagógica precisasse ter como um ponto de referência as especificidades infantis, as características de desenvolvimento e aprendizagem e a realidade do contexto socioeconômico e cultural, no qual os educandos encontram-se inseridos.

O ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental é um momento desafiador e inovador, e o docente poderá vivenciar momentos de alegria, tranquilidade e até mesmo de insegurança. Este é um período de adaptação em que deve ser levado em conta as especificidades etárias, ou seja, o ensino fundamental de nove anos precisa de um novo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

visual, uma nova estrutura para a faixa etária em que os conteúdos são organizados, levando em consideração o perfil de cada estudante. Segundo Piaget citado por Rapoport (2009), dos dois aos sete anos de idade, a criança encontra-se no estágio do desenvolvimento que é chamado pré-operatório. Durante este tempo, o pensamento ainda não segue regras muito elaboradas e entrega-se a fantasia, caracteriza-se por grande imaginação, curiosidade, movimento, desejo de aprender e conhecer através do brincar e do uso de múltiplas linguagens. Neste sentido, entendemos que o lúdico pode ser movimentado como uma estratégia pedagógica potente. Barbato, afirma que:

A aprendizagem está vinculada ao lúdico, assim como é por meio do faz de conta e de outras linguagens que a criança expressa seu mundo interno, seus sentimentos, afetos, etc. destacam-se em particular a necessidade de se refletir que, ao antecipar o ingresso na primeira série do ensino fundamental, se não houver uma preocupação com esta questão, o tempo da criança de brincar estará reduzido e a sua forma de aprender e de se expressar também será afetada. (BARBATO, 2008, p. 21)

Ou seja, o primeiro ano é quando as crianças mais interagem, podendo assim vivenciar o conteúdo escolar por meio de atividades intelectuais, conseguindo fazer essa conexão através de brinquedos, teatro, artes e muito mais.

Para a autora Rapoport (2009) o lúdico foi entendido como central para os trabalhos desenvolvidos no primeiro ano do ensino fundamental. Auxiliando no desenvolvimento da socialização da criança, construção de seus valores, regras e na apropriação de conceitos e procedimentos relativos às diversas áreas do conhecimento, o Conselho Estadual de Educação diz que:

O primeiro ano do ensino fundamental de nove anos deverá ser desenvolvido como processo de aprendizagem de forma lúdica, respeitando a faixa etária das crianças, sua unicidade e sua lógica. A escola deve disponibilizar espaços, brinquedos, materiais didáticos e equipamentos que configurem o ambiente alfabetizador compatível com o desenvolvimento da criança nessa faixa etária. (CEED, 2005, p. 5).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Deste modo, a alfabetização hoje em dia vai muito além, tendo uma dimensão social, que não é igual para todos da mesma sociedade, por este motivo se fala muito de letramento e alfabetização, que são os processos de aprendizagem de uma língua de diferentes áreas onde uma complementa a outra.

A presença do conceito de alfabetização aliado ao de alfabetismo e ao de letramento tornou-se corrente na área da educação desde, aproximadamente, a década de 1980. As definições dessas terminologias, entretanto, são distintas, dependendo tanto do contexto histórico no qual estão inseridas quanto das diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que as embasam. (PICOLLI, 2010, p. 251)

A alfabetização é a base para uma educação crítica e emancipatória, que é considerada uma fase importante que inicia a formação dos estudantes, visto que ajuda a promover a leitura, escrita, aprendizado, comunicação, construção e uma formação de conhecimento para leitores competentes. E o letramento é um processo que faz com que as pessoas compreendam a importância dos textos discutidos diariamente e assim facilitar as suas práticas sociais. Sendo necessário que o professor domine a forma e o conteúdo, ou seja, conheça a metodologia apropriada para ensinar. Magda Soares comenta que:

A alfabetização, a aquisição da tecnologia da escrita, não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2020, p. 27)

Durante o processo do ensino de letramento e alfabetização é importante utilizar atividades mais lúdicas por meio de jogos, brincadeiras e leituras, deste modo, promove uma visão mais ampla do processo de aprendizado das crianças o que auxilia no desenvolvimento do raciocínio, interação, curiosidade, tomada de decisão, e autoconhecimento, promovendo uma prática lúdica.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

2.1 Letramento

Em meados da década de 1980, no Brasil, vários pesquisadores, como Magda Soares e Emília Ferreiro, que trabalham com as práticas de uso da linguagem escrita, sentiram a falta de um conceito que se referisse a esse aspecto, do uso da escrita associado à alfabetização. No Brasil, houve um despertar da importância e da necessidade de habilidades para o uso competente da leitura e escrita. Os seus primórdios estão ligados à aprendizagem inicial da escrita, que foi desenvolvido essencialmente a partir do conceito de alfabetização.

Na década de 1980, no Brasil, então surgiu o termo letramento, o que gerou muitos debates nas áreas de educação e da linguagem, como podemos ver através dos grandes números de artigos e livros dedicados a este tema. Além do processo de alfabetização, o conceito de letramento abrange aspectos sociais, cognitivos e também linguísticos tornando o indivíduo capaz de usar a escrita de forma intencional em diferentes situações sociais.

Letramento é a palavra e conceito recente, introduzido na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassam o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível da aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 20).

A noção de letramento foi concebida seguindo trajetórias distintas daqueles que explicam a origem deste tema em outros países. No Brasil, a discussão sobre letramento está intimamente ligada ao conceito de alfabetização, em que ambos os processos devem sempre andar lado a lado. Por meio do letramento, percebeu-se que, que nas sociedades atuais não era o bastante apenas aprender as “primeiras letras”, mas também fazia parte da inclusão social saber utilizar a escrita nas situações em que ela é requerida, lendo e escrevendo textos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Essa palavra nova chamada letramento, surgiu com o intuito de nomear essa dimensão inovadora de ingresso no universo da escrita que se compõe de um: “conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades necessários para usar a língua em práticas sociais” (CARVALHO; MENDONÇA, 2006, p. 13)

Letramento é o processo diferente da alfabetização. Entre eles, a leitura e a escrita são levadas a outra dimensão para estimular as crianças a utilizarem seus conhecimentos de forma condizente com a prática social. Envolve expectativas mais amplas, incluindo compreensão, interpretação e uso autônomo da linguagem de acordo com a situação em que o indivíduo se encontra.

Sendo um conceito que se refere à capacidade de ler e escrever, o letramento não apenas se refere à simples capacidade de decifrar letras e palavras, ele envolve compreender, interpretar, e usar a leitura e a escrita de forma eficaz. Em diferentes contextos sociais e culturais. O letramento é um processo mais amplo que inclui a alfabetização (aprender a ler e escrever) e se estende a aplicação prática dessas habilidades na vida cotidiana. O termo letramento é usado para descrever a capacidade de uma pessoa de compreender, usar e comunicar através da leitura e da escrita a diferentes contextos e finalidades.

As taxas de letramento também são afetadas pelas circunstâncias culturais, sociais e econômicas de uma pessoa. Podendo variar muito de cada indivíduo e das circunstâncias.

O letramento não envolve apenas os professores de Língua Portuguesa, ou nesta área de conhecimento, mas entre todos os educadores que trabalham na leitura e escrita, todos os professores são responsáveis pelo letramento em diversas áreas de conhecimento e estudos.

O letramento, é o uso que se faz da língua escrita com toda sua complexidade, em práticas sociais de leitura e escrita, é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, e que usa socialmente a leitura a escrita, que pratica e responde adequadamente às demandas sociais. (SOARES, 2001, p. 39-40).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Mesmo uma pessoa analfabeta pode ser considerada alfabetizada, desde que usem estratégias de conhecimento oral quando participam de ambientes de letramento com base na linguagem escrita, conhecem a estrutura da linguagem escrita, mesmo que não saibam ler e escrever. Para que as crianças entrem no mundo da escrita, elas devem passar por dois processos de aquisição de um sistema de escrita tradicional (ou seja, a alfabetização) e o desenvolvimento de competências para utilizar esse sistema em atividades de leitura e escrita e em práticas sociais que envolvem a linguagem escrita (assim sendo, o letramento) são processos interdependentes e inseparáveis. O letramento é conhecido como o estudo de quem pratica atividades sociais de leitura e escrita, para quem participa de atividades nas quais a escrita é parte integrante dos processos de interpretação, interação, atitude e habilidades discursivas e cognitivas que proporcionam uma inserção diferenciada em um estado de sociedade alfabetizada.

Entendemos que o letramento é um processo que vai além da mera aquisição de habilidades linguísticas, com a qual começa com a alfabetização e se estende ao longo das interações humanas. De acordo com Goulart “o letramento estaria relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas de uma sociedade, e à apropriação de conhecimentos, que constituem a cultura chamada letrada”. (GOULART, 2006, p. 452)

No entanto, é importante que os educadores, ao letrar e alfabetizar os estudantes, escolham alguns materiais e sigam o ritmo de cada criança. As crianças querem entender o valor de cada caractere antes de iniciar a leitura, ou seja, desta forma aprenderão a desenvolver e estimular suas capacidades, curiosidades e pensamentos.

As reflexões sobre letramento e alfabetização revelam a necessidade de vincular na prática pedagógica. O trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas inclui recomendações sobre competências de escrita. Os códigos de ensino e aprendizagem são uma questão de práticas e aspectos sociais da escrita, mas em uma sociedade rica em conhecimento, isto não é o suficiente. Aprender a ler e escrever requer praticar a leitura e a escrita diariamente, compreendendo o propósito de uma variedade de contextos de letramento.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Alfabetização e letramento consistem na utilização de textos diversos no ambiente escolar, melhorando assim a prática da alfabetização equitativa, sendo uma visão pedagógica com metodologias, relacionada a aquisição de leituras e de escrita.

2.2 Alfabetização

A BNCC de 2018 nos comenta que a alfabetização está entendida como uma apropriação do funcionamento do sistema de escrita alfabética, em um processo simultâneo às práticas de leitura e escrita, ou seja, as habilidades de compreender as relações de palavras e de sons devem ser sempre relevantes para a leitura, produções e as práticas oral articuladas no texto.

Na década de oitenta, o termo “analfabetismo social” surgiu para se referir às pessoas que sabiam escrever o seu nome e identificavam as letras, mas que não faziam uso da leitura e da escrita no seu dia a dia.

A alfabetização é entendida como um caminho para o letramento, sendo alfabetizado uma pessoa que conhece o código escrito, sabe ler e escrever, portanto, é necessário ampliar os conhecimentos nessa área e os indivíduos precisam compreender os textos.

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades pela leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence assim, ao âmbito individual. (TFOUNI, 1995, p. 9-10).

A alfabetização supera os paradigmas das tarefas puras de codificação e decodificação, ao mesmo tempo, posiciona a aprendizagem do código voltada para o uso social da escrita.

É necessário realizar exercícios de alfabetização e letramento em sala de aula, nas quais as crianças interajam com a cultura, participem de experiências variadas de leitura e escrita, vivenciem diferentes tipos e gêneros de materiais para poder compreender a função que a leitura e a escrita proporcionam.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

A alfabetização visa criar situações que permitam que a criança compreenda o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, adquira uma autonomia, tornando-se um ser crítico dos seus direitos.

Uma pessoa alfabetizada conhece o código alfabético, domina as relações gráficas, em outras palavras, sabe que sons as letras representam, é capaz de ler palavras e textos simples, mas não necessariamente é usuário da leitura e da escrita na vida social (CARVALHO, 2010, p. 66)

A alfabetização é muito mais que codificar e decodificar, essa habilidade de alfabetização está intimamente relacionada às habilidades de leitura e escrita, os educadores devem saber o momento certo, para esclarecer a leitura, a escrita e a produção de textos, a fim de proporcionar intervenções adequadas aos alunos. Esta é a etapa de liberação e aquisição da escrita que não pode ser entendida como um recurso de memória, portanto a alfabetização proporciona ao aluno a oportunidade de se expressar e construir seu próprio conhecimento.

Hoje, os grandes objetivos da Educação são: ensinar a aprender, ensinar a fazer, ensinar a ser, ensinar a conviver em paz, desenvolver a inteligência e ensinar a transformar informações em conhecimento. Para atingir esses objetivos, o trabalho de alfabetização precisa desenvolver o letramento. O letramento é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia (FERNANDES, 2010, p. 19).

Depois que o termo letramento surgiu, o conceito de alfabetização começou a se difundir, começou a ser usado apenas em decodificação, ou seja, ao simples fato de ler e escrever. Mas sabemos o quanto é importante ensinar um indivíduo a ler e escrever porque o sistema alfabético é essencial para que uma pessoa consiga entrar no mundo da leitura e da escrita. A alfabetização inicia quando a criança passa a frequentar a escola, onde adquire os hábitos e as práticas da linguagem escrita.

Se as crianças crescem em comunidades iletradas e a escola não as introduz na linguagem escrita (em toda a sua complexidade), talvez cheguem a atingir esses "mínimos de alfabetização", que lhes permitam seguir instruções escritas e aumentar a sua produtividade em uma fábrica, contudo não teremos de formar



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

cidadãos para este presente nem para o futuro próximo. Há que se alfabetizar para ler o que os outros produzem ou produziram, mas também para que a capacidade de “dizer por escrito” esteja mais democraticamente distribuída. Alguém que pode colocar no papel suas próprias palavras é alguém que não tem medo de falar em voz alta (FERREIRO, 2004, p. 54.)

Quando uma criança tem a oportunidade de conviver em um ambiente com adultos, que costumam ler, contar histórias, ler revistas, livros, um local onde a criança possa ter esse contato com a alfabetização, desta forma, a relação entre alfabetização e letramento, ocorre quando entendemos que uma pessoa alfabetizada é aquela que aprende a escrever em ordem alfabética, com as habilidades de leitura e de escrita, conseqüentemente, letramento é uma continuação de saber ler e escrever, conectando a experiências nas práticas sociais.

2.3 Alfabetizar letrando

Alfabetizar por meio do letramento é aprender a ler e escrever no contexto das práticas sociais de leitura e escrita, portanto o aluno deve ser alfabetizado e letrado. A linguagem é um fenômeno social em termos de atividades ativas e grupais, perspectiva cultural e perspectiva social. A tarefa da alfabetização é tornar-se alfabetizado por meio do letramento. O professor alfabetizador precisa entender que a alfabetização é um processo mais complicado que se inicia antes mesmo da alfabetização escolar. Ou seja, para ser considerado alfabetizado, não necessariamente a pessoa deve frequentar a escola ou saber ler e escrever, basta praticar a leitura do mundo diariamente e participar ativamente da sociedade.

As escolas são apenas umas das instituições de alfabetização, mas no letramento podemos aprender na rua, trabalho, família, igreja e outras situações sociais. Os professores querem que os alunos sejam protagonistas da sua aprendizagem e querem que aprendam refletindo e aprofundando sua compreensão, mas realizam tarefas mecânicas como copiar e combinar sílabas. No entanto, essa compreensão deve ser vista



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

como essencial para que os alunos compreendam o mundo em um nível satisfatório.
Segundo a autora Sabine Borges de Mello Bahia

Os professores assumem uma docência com características, saberes e normatividades que produzem mesmo em muitos desafios, um docente responsável pedagogicamente, comprometido com sua função docente e engajado com os processos de ensino e aprendizagem de seus alunos, isso a partir da ideia de pertencimento pelo vínculo que se estabelece entre professor regente\referência e aluno. (BAHIA, 2020, p. 147)

Para isso, os educadores necessitam preparar um ambiente alfabetizador, na qual todos possam ter contato direto com os livros, não apenas ler, mas entender o que está lendo. Neste momento, fica claro o processo de leitura, se o professor incluir a capacidade de ler, ou seja, oferece oportunidades de criação de conhecimentos, diferentes habilidades para usar, pensar e escrever diferentes tipos de textos. Alfabetizar é ler e se comunicar.

Alfabetização é conduzir as crianças a aprender ler e escrever, orientando-as a conviver com diversos materiais de leituras e assim ir criando uma escrita mais significativa.

Para alfabetizar letrando, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades específicas de comunicação, como escrever para alguém que não está presente (bilhetes, correspondências escolares), contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz etc. Assim a escrita passa a ter função social (CARVALHO, 2011, p. 69).

Sabemos que para alfabetizar e letrar, os professores devem fazer trabalho social e acompanhar o que os seus alunos estão aprendendo, e é de imensa importância que os educadores tenham conhecimento para ajudar os estudantes. Quando um professor compreende o ambiente de seus alunos e aplica todos os seus conhecimentos e compreensão de uma forma mais realista nas atividades escolares, podem ajudar os alunos a refletir sobre suas aprendizagens e encontrar diversão estudando.

Não podemos negar que a prática de ensino corresponde à prática específica de leitura e escrita: Os alunos leem textos “cartilhados”, vinculados aos fonemas ou as sílabas que estão estudando, textos que só são lidos/ escrito na escola para cumprir



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

as funções sociais às quais se destinam aprendizagem da leitura e da escrita (SOARES, 2001, p. 23)

Os professores devem incentivar os alunos a desenvolver a capacidade de pensar sobre as conexões entre os textos e a escrita. Isto pode ser feito nas escolas e contribuir para a compreensão, para que todos possam participar na leitura e na escrita, bem como nas atividades escolares.

3. INICIATIVAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo iremos apresentar as iniciativas do governo para o avanço e promoção da alfabetização. Na sociedade moderna, é evidente que o desenvolvimento cognitivo das crianças está se desenvolvendo em idade mais precoce do que décadas atrás. Isso acontece provavelmente porque as crianças têm acesso à tecnologia desde cedo e vivem juntas em ambientes sociais, aumentando as suas capacidades de comunicação e abrindo maiores oportunidades de aprendizagem.

3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação

O artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases (1996) determina que todas as crianças que tenham sete anos ou completarem até terminar o ano letivo atual, poderão matricular-se no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Desde 2011, houve um esforço para aumentar os recursos financeiros destinados à área da educação, conforme sugerido no Plano Nacional de Educação (PNE), que também aponta a necessidade de estabelecer metas para a aplicação de recursos públicos em proporção ao produto interno bruto. Essa Proposta de Emenda Constitucional serviu de base para a alteração da redação do artigo 208 da Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2009).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I-Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...]

IV- Educação Infantil, em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

A emenda estabelece ainda que:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

[...] § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Segundo Cury e Ferreira (2010), em virtude das modificações realizadas, chegou-se finalmente à conclusão de que o ensino obrigatório não é mais denominado Fundamental, mas sim Educação Básica, compreendendo a Educação Infantil na etapa da pré-escola, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essa abrangência se aplica a indivíduos que possuem faixa etária entre 4 e 17 anos, englobando inclusive a oferta gratuita para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade apropriada. A aprovação desta Emenda pelo congresso tornou compulsória a frequência escolar de crianças e adolescentes dos quatro aos dezessete anos de idade.

Segundo a LDB, essa etapa inicial da educação escolar é de extrema importância, uma vez que é o momento de estabelecer as bases para o desenvolvimento escolar futuro. A alfabetização aos nove anos é uma das metas nos primeiros anos de escola, também durante este período a criança se desenvolve de forma independente, melhorando assim os seus aspectos psicológicos, físicos e sociais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

3.2 PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa educacional criado pelo MEC, este foi instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, e diz respeito a um compromisso firmado pelo governo federal, estadual e municipal, objetivando alfabetizar todas as crianças (inseridas na escola) até os oito anos de idade, devendo estar cursando o 3º ano do Ensino Fundamental. (BRASIL 2012, p. 11)

O PNAIC é atribuído para professores de 1º ano ao 3º ano do ensino fundamental, e também professores de salas seriadas. Através deste projeto, os educadores têm um treinamento contínuo, a formação acontece por meio de reuniões de estudo e atividades práticas supervisionadas por professores orientadores.

O programa é composto por quatro grandes pilares: formação contínua de professores alfabetizadores; disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos para a formação de professores alfabetizadores e para a alfabetização das crianças; avaliações; e por último, gestão, controle social e mobilização. As ações do primeiro pilar - formação contínua de professores alfabetizadores foram originalmente propostas para os anos de 2013 e 2014, a serem desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior públicas, federais e estaduais, em cursos presenciais de dois anos, com carga horária de 120 horas anuais, utilizando uma metodologia que integre estudos teóricos e atividades práticas. No ano de 2015, foram abordados temas interdisciplinares no ciclo de alfabetização, abrangendo artes, ciências da natureza, ciências humanas, a concepção de infância e criança, e a retomada dos estudos de linguagem e matemática.

3.3 PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) faz parte das ações implementadas pelo MEC através da Política Nacional de Formação de Professores. Seu objetivo é proporcionar aos estudantes de licenciatura, na primeira metade do curso,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

uma vivência prática do cotidiano das escolas públicas de educação básica e do contexto em que ela está inserida. O programa oferece bolsa aos participantes que são estudantes de licenciatura envolvidos em projetos de iniciação à docência desenvolvidos em parceria entre instituição de Ensino Superior e as redes de ensino.

O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didáticas pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. (BRASIL, 2014).

A formação inicial de professores agora tem o seu lugar na Capes, especialmente com a criação do Departamento de Educação Básica. De acordo com a Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010 da Capes (BRASIL, 2010), o Pibid apresenta uma série de objetivos relacionados à estreita colaboração entre as universidades. Segundo os objetivos mencionados no referido quadro, o programa deve oferecer uma formação inicial que integre a prática com a teoria. E contribuir para a formação de professores, através da vivência, aprendizado e trocas de experiências com os professores do Ensino Fundamental e Médio, além de proporcionar aos licenciandos um contato mais enriquecedor com os alunos das escolas e com a realidade do Ensino Básico.

3.4 Residência pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica faz parte da Política Nacional de Formação de Professores e tem como objetivo melhorar o estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, proporcionando uma experiência mais imersiva na escola de educação básica a partir da metade do curso.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Programa de Residência Pedagógica é uma das ações presentes na Política Nacional de Formação de Professores. Ele é voltado para licenciandos que estejam na segunda metade de seu curso. Seu objetivo principal é estimular o aprimoramento da formação prática nos cursos de licenciatura, possibilitando que os estudantes atuem nas escolas de educação básica. Dessa forma, busca-se certificar que os egressos possuam habilidades e competências para realizar um ensino de qualidade. Uma das atribuições futuras do professor na escola de educação básica é a regência de sala de aula e a intervenção pedagógica. Essas atividades são acompanhadas por um professor experiente na área de ensino do licenciando e orientadas por um docente de sua Instituição Formadora (Edital CAPES, 06/2018).

O programa residência pedagógica tem como objetivos:

1. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
2. Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
3. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;
4. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (CAPES, 2018).

O Programa de Residência Pedagógica apresenta algumas características que o distinguem de outros programas de formação de professores. Por exemplo, os alunos que participam do programa desfrutam de uma carga horária estendida, o que lhes permite estar imersos na sala de aula e se sentirem parte da instituição de ensino em que estão inseridos. Além disso, existe uma supervisão prática semanal em grupo, conduzida pelo professor preceptor. Durante essa ocasião, cada aluno descreve para os demais participantes os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

temas vivenciados na prática, situações incomuns, percepções e dúvidas que surgiram durante a experiência em sala de aula.

4. LÚDICO NA ALFABETIZAÇÃO: A PEDAGOGIA DO BRINCAR

A palavra Lúdico tem sua origem no termo latino “*ludus*” que significa jogo. No entanto, ao longo do tempo, essa palavra passou a ter um significado mais abrangente devido a pesquisas na área, e o lúdico passou a ser entendido como uma parte da atividade humana que se caracteriza pela ação e pelo movimento vivenciado, seja ele motor, psicomotor e intelectual. Em suma é a pedagogia do brincar.

É relevante ressaltar que as atividades lúdicas não se restringem exclusivamente aos jogos e brincadeiras, mas incluem também aquelas que proporcionam momentos de prazer, entrega e influência mútua. A ludicidade consiste em atividades que possibilitam experiências diversas, envolvendo os indivíduos por completo na vivência da criatividade, explorando seu próprio mundo, respeitando, construindo e reconstruindo os conhecimentos necessários ao processo de aprendizagem.

Segundo o autor Luckesi define ludicidade como a “atividade lúdica como aquela que propicia a plenitude da experiência, ressaltando com esta afirmação que a vivência lúdica exige do sujeito uma entrega total física e mental” (LUCKESI, 2005 p.46).

A ludicidade é a ação de permitir-se envolver-se com a criatividade e a emoção, sentir-se livre para brincar naquele momento, capaz de fazer o que quiser, enquanto a sensibilidade da criança vibra e seus sentimentos se revelam.

Os jogos são um excelente recurso metodológico no processo de alfabetização nos anos iniciais. Pesquisas mostram que atividades recreativas motivam e despertam a vontade de aprender do aluno. Kishimoto (2010) observa que a metodologia lúdica é uma alternativa que faz uso de jogos, brincadeiras, músicas, levando o professor à condição de condutor, estimulador e incentivador da aprendizagem.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Através dessas atividades, o educador assume o papel de mediador da aprendizagem e desenvolve um clima de interação e diversão que leva ao conhecimento, movido pelas trocas de ideia, por meio das brincadeiras as crianças interagem, compartilham e são estimuladas. Jean Piaget (2003) destaca que os jogos e brincadeiras são excelentes oportunidades de mediação entre o prazer e o conhecimento historicamente constituído, já que o lúdico é eminentemente cultural.

A ludicidade como um recurso metodológico contribui para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos de forma significativa e humanizadora, além de ser uma experiência profissional prazerosa, pois fortalece a relação entre teoria e prática, permitindo ao professor atuar como um agente motivador, possibilitando que os estudantes demonstrem interesse pelo conteúdo e assim criem uma relação construtiva com o processo de construção de conhecimento. Um profissional engajado em atividades lúdicas como um recurso pedagógico proporciona não somente um momento de diversão, mas também estabelece uma conexão entre o lúdico, o aprendizado e a interação social, visando à aquisição do conhecimento através de práticas que estimulam o desenvolvimento cognitivo do aluno de maneira prazerosa, levando em consideração as particularidades individuais de cada um.

Enxergar as culturas infantis e as culturas escolares, no plural e como potência, possibilita ao professor desenvolver suas atividades com a intencionalidade e a responsabilidade pedagógica de modo indissociável da sua docência. (BAHIA; LIMA, 2022, p. 310).

Com intencionalidade as crianças vivenciam experiências educacionais por meio do planejamento pedagógico e da experimentação que possibilita sentir e observar, consolidando a aprendizagem. Assim, podemos ver que os estudantes são motivados a viver situações novas e desafiadoras. Nesse contexto, a ludicidade desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem, pois ao fazer parte do universo infantil, proporciona a construção de novas ideias, novas aprendizagens e compreensões



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

verdadeiras. Usar as brincadeiras em sala de aula é de extrema importância e como destaca Friedmann (2012),

Através de um jogo ou brincadeira, as crianças são mais ativas mentalmente do que em exercícios intelectuais. Os jogos e brincadeiras são uma atividade importantíssima e merecem ser levados para a sala de aula para tornar a educação mais compatível com o desenvolvimento das crianças, permitindo-lhes descobrir-se em situações diversas. (FRIEDMANN, 2012, p. 38)

De acordo com a autora, brincadeiras que envolvam interpretação e reflexão permitem que as crianças entrem em contato com elementos que contribuirão para o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades de aprendizagem e reconhecimento da linguagem oral e escrita, além de promover a interação social.

Assim sendo, desde quando as crianças se aproximam dos jogos ou de brincadeiras, elas aprimoram a coordenação motora, o aspecto cognitivo e começam a interagir com o ambiente em que vivem, estimulando desse modo, o interesse pelo processo de aprendizagem e melhorando sua relação com os colegas e os professores. Isso ocorre porque as atividades lúdicas oferecem maneiras prazerosas de aprender e ensinar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho, tive a oportunidade de conhecer e aprofundar meu entendimento sobre a relevância das atividades de lazer para o desenvolvimento completo da criança e compreender a importância dessa prática no ambiente escolar, a fim de promover uma aprendizagem mais saudável e prazerosa. Nesse sentido, quanto mais momentos de diversão proporcionamos à criança, mais ela se torna espontânea, criativa, alegre e afetiva. Portanto, é essencial que o professor valorize o brincar em sala de aula como um facilitador do processo de aprendizagem. Para alcançar esse objetivo, foram estudadas as teorias de Magda Soares, Emilia Ferreiro e Tizuko Kishimoto. O educador deve considerar, ao trabalhar com atividades lúdicas, que o ato de brincar auxilia a criança



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

em seu desenvolvimento no contexto social. A educação lúdica é uma ação intrínseca à criança e sempre se manifesta como uma forma única de transição em direção ao conhecimento.

Outro aspecto que busquei abordar neste estudo foi o letramento e a alfabetização, bem como as iniciativas públicas para promover a alfabetização e o uso lúdico nesse processo, pois é um elemento construtivo. Entender de forma clara esse elemento implica em proporcionar uma prática lúdica mais enriquecedora e completa.

Durante a pesquisa, surgiram algumas reflexões sobre a importância das atividades lúdicas no desenvolvimento global das crianças e a necessidade de incluí-las no currículo escolar do primeiro ano do Ensino Fundamental. Os educadores necessitam perceber a dimensão lúdica como uma forma de dar mais vida à sua prática educativa, compreendendo que isso é uma necessidade humana. O aluno que é engajado por meio de aulas lúdicas desenvolve sua criatividade, torna-se o protagonista do processo educativo, desperta o desejo de aprender e a alegria de participar. Dessa forma, a escola estará contribuindo para a formação de um adulto mais completo e feliz.

Acredito que a preocupação com a listagem de conteúdos seja menos importante em comparação com o foco dos professores na garantia de uma aprendizagem significativa para os alunos. O uso de atividades lúdicas oferece uma ferramenta eficaz para facilitar essa aprendizagem, de modo que ao introduzir atividades lúdicas nas aulas, o conteúdo será naturalmente abordado. Na minha opinião, os educadores devem se empenhar em garantir a qualidade do ensino, em vez de se preocuparem apenas com a quantidade. É crucial proporcionar às crianças oportunidades para vivenciarem e aprenderem de maneiras prazerosas e divertidas. Portanto, como educadores, temos a responsabilidade de trazer o lúdico de volta ao ambiente escolar, para que os alunos possam aprender com mais emoção e de maneira mais significativa.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

REFERÊNCIAS

BAHIA, Sabrine Borges de Mello Hetti. **Professores iniciantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a constituição de uma docência engajada**. Dissertação (mestrado)–Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação. 203 f. 2020.

BAHIA, Sabrine Borges de Mello Hetti; LIMA, Samantha Dias de. A docência dos professores alfabetizadores: a relação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2022.

Disponível em:

<https://cajapio.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20403>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital n. 001/2011 CAPES. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Editais e seleções. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br> . Acesso em: 21.dez.2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 12.796, 04 de abril de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília, DF, 2012.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a pratica**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CARVALHO, Maria Angélica F. de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.) . **O que é ser alfabetizado e letrado?** Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. **Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: Uma questão de oferta ou de efetivo atendimento?**. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, 2010. DOI: 10.14572/nuances.v17i18.729. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/729>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FERNANDES, Maria. **Os segredos da alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão**. São Paulo: Moderna, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna**. 2005. Disponível em:
<http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm>. Acesso em: 26 out. 2023.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003

PICOLLI, Luciana. Alfabetizações, alfabetismos e letramentos: trajetórias e conceitualizações. **Educação e Realidade**, n. 35, p. 257-274. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8961/10285>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento, caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, ano VIII, n. 29, p. 20. Fevereiro 2004.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na Cibercultura**. Educação e Sociedade Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt.>> Acesso em: 20 out.2023

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não Alfabetizados: o avesso do avesso**. Campinas: Pontes, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.